
	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO:
	FOLHA:		
	RÚBRICA:		
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. Descrição do objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de Locação de Banheiros Químicos para atender a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.



1.2 – O objeto da aquisição é de natureza comum.

1.3 – O regime de execução será por empreitada por preço unitário.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E QUANTITATIVOS:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Banheiro químico , cabines portateis em polietileno, banheiros masculinos e femininos, com iluminação translúcida e com caixa de dejetos de capacidade mínima para 220 litros de armazenamento e assento com tampas no mictório, com piso anti derrapante, pontos de ventilação, pontos de luz, dispositivo de trinco com trava interna, suporte para papel higiênico, apoio para objetos, cesto de lixo, indicação masculino e feminino, com boa aparência interna e externa, solução química de higienização inodora, limpeza, sucção e desinfecção das cabines todos os dias durante o evento, mão de obra (montagem e desmontagem). a contratação será feita com base em diárias de 24 horas. as cabines a serem contratadas para os eventos devem atender a totalidade de exigências desta municipalidade. as cabines deverão estar devidamente instaladas e prontas para utilização no local do evento, impreterivelmente um dia antes do início do evento, para vistoria dos fiscais contratuais. - art pago pelo contratado.	Diária	1.500
02	Banheiro químico pne (portador de necessidade especial) , cabines portáteis em polietileno, modelos para portadores de necessidades especiais, identificados masculino e feminino, com iluminação translúcida e com caixa de dejetos de capacidade mínima para 220 litros de armazenamento e assento com tampas e descarga, com piso anti derrapante acessível com rampa de acesso para cadeirantes com barras de segurança lateral, pontos de ventilação, pontos de luz, dispositivo de trinco com trava interna, suporte para papel higiênico, apoio para objetos, cesto de lixo, indicação masculino e feminino, com boa aparência interna e externa, solução química de higienização inodora, limpeza, sucção e	Diária	100



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

	desinfecção das cabines todos os dias durante o evento, mão de obra (montagem e desmontagem). a contratação será feita com base em diárias de 24 horas. as cabines a serem contratadas para os eventos devem atender a totalidade de exigências desta municipalidade. As cabines deverão estar devidamente instaladas e prontas para utilização no local do evento, impreterivelmente um dia antes do início do evento, para vistoria dos fiscais contratuais. - art pago pelo contratado.		
--	--	--	--

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

3.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O prazo do contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

3.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.



3.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.

4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de Locação de Banheiros Químicos para atender a programação do calendário anual de eventos culturais, turísticos e de lazer que serão organizados pela secretaria municipal de indústria, comércio e turismo, a fim de que seja atendida a demanda desta secretaria, levando-se em consideração a frequente necessidade do serviço em questão.

Os eventos revelam em seus acontecimentos criatividade, costumes, tradições, valores já vividos, expressões populares artísticas e culturais.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

O calendário é um conjunto de eventos tradicionais a serem realizados entre os dias ao longo do ano, de forma a promover o turismo e a cultura local, envolvendo munícipes e turistas que visitam nossa cidade.

A contratação tem como objetivo promover o turismo e a cultura nas mais diversas áreas, aquecendo a economia local, fortalecendo o turismo de lazer e cultural no município de Trajano de Moraes..

4.2. **Metodologia do quantitativo:** A metodologia utilizada se refere ao levantamento feito pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo que através de sua base de dados estipulou as quantidades acima solicitadas para esta contratação vide calendário de eventos,

Importante ressaltar que as quantidades acima informadas estão sendo calculadas de modo de previsibilidade, da maneira pela qual nos garante que teremos total cobertura das necessidades.

4.3. **Justificativa do Quantitativo solicitado:** A contratação visa atender à demanda de solicitações da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, possibilitando o trabalho de forma mais eficaz, dado o grande número de eventos previstos no calendário mencionado, e contribuindo para a obtenção de resultados mais satisfatórios.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021).

5.1. Estudo Técnico Preliminar nº 52/2025 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).



6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021).

6.1. Descrição da solução para locação de estruturas para eventos - Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes (RJ).

A proposta apresentada consiste na elaboração de uma Ata para Registro de Preços com o intuito de contratar, de forma futura, uma empresa especializada no fornecimento de banheiros químicos. A medida visa garantir a realização de serviços com maior eficiência e eficácia, atendendo às necessidades da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, conforme o calendário de eventos estabelecido.

O sistema de Registro de Preços oferece diversas vantagens à Administração Pública, entre elas:



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

- a) Maior celeridade nas contratações, uma vez que a ata de registro prévio permite a formalização de contratações sem a necessidade de novos processos licitatórios;
- b) Diminuição da quantidade de licitações, reduzindo a carga administrativa e agilizando a execução das contratações;
- c) Redução dos custos com armazenamento e controle de estoque, uma vez que não há necessidade de aquisição imediata ou manutenção de grandes quantidades de bens;
- d) Facilidade de utilização da ata por outros órgãos ou entidades públicas, o que contribui para a integração e otimização dos recursos públicos;
- e) Obtenção de preços mais vantajosos devido ao efeito de economia de escala, resultante da compra centralizada e do compromisso com fornecedores previamente registrados.

Além disso, a adoção do Registro de Preços traz maior transparência e previsibilidade ao processo licitatório, permitindo um planejamento mais eficiente das demandas, o que impacta positivamente no cumprimento de prazos e na qualidade dos serviços contratados. A medida também reforça a segurança jurídica nas contratações públicas, uma vez que todas as condições estão previamente estabelecidas, evitando surpresas ou inconsistências nas negociações futuras. O sistema facilita a obtenção de bens e serviços de forma mais ágil e econômica, atendendo, assim, aos princípios da eficiência e da economicidade que regem a administração pública.



6.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 dias dos equipamentos fornecidos a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

6.3. As despesas de serviços aqui citadas deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

A administração decidiu contratar o serviço de aluguel de banheiros químicos com a intenção de atender a uma série de necessidades essenciais para garantir o conforto e a higiene dos participantes em eventos e atividades realizadas em espaços ao ar livre, locais com infraestrutura limitada ou situações temporárias. Com essa contratação, buscamos alcançar os seguintes resultados:



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

- **Garantir o bem-estar e conforto:** Proporcionar um ambiente adequado e seguro para que os usuários possam atender suas necessidades básicas com dignidade, sem prejuízo para a saúde e o bem-estar dos envolvidos.
- **Atender à demanda em eventos:** Facilitar a estruturação de grandes eventos, como feiras, shows, festivais e demais atividades que envolvam grande público e necessitem de soluções práticas e rápidas para garantir o funcionamento adequado.
- **Reduzir impactos ambientais:** Adotar opções sustentáveis e eficientes de uso de banheiros químicos, com sistemas que atendem aos requisitos de limpeza, manutenção e descarte correto de resíduos.
- **Cumprir regulamentações sanitárias:** Atender às normas e exigências legais que preveem o fornecimento de sanitários adequados para ambientes temporários ou ao ar livre, assegurando conformidade com as exigências de saúde pública.
- **Melhorar a imagem e a organização do evento:** Ao proporcionar uma estrutura de banheiros adequados e de qualidade, buscamos transmitir aos participantes uma imagem de cuidado e organização, garantindo maior satisfação e segurança.

Com esses resultados, pretendemos garantir que nossas atividades sejam realizadas de forma eficiente, segura e sustentável, contribuindo para o sucesso de eventos e proporcionando uma experiência positiva para todos os envolvidos.

6.5. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): não serão exigidos;

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

7.1. Da Habilitação Jurídica

7.1.1. No caso de Empresa Individual:



a) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2. No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

a) Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subseqüentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

7.1.3. No caso de sociedade civil.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

a) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

7.1.4. No caso de empresa estrangeira.

a) Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

7.1.5. No caso de cooperativa:

a) Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;

b) Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);

c) Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital;

7.1.6. No caso de microempreendedor individual:

a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

7.1.7 No caso de consórcio de empresas:

a). A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;



b). Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

c). A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

d). A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;

e). A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: <hr/>
			FOLHA: <hr/>
	TERMO DE REFERÊNCIA (X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO		RÚBRICA: <hr/>



f) a empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

7.2. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021);

Documentos de qualificação técnica:

- a) superior devidamente registrado no CREA competente (Engenheiro Ambiental e/ No mínimo 01 (um), atestados de capacidade técnica expedida por entidades da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado para os quais esteja ou tenha prestado serviços iguais e/ou semelhantes ao objeto deste edital, e que comprovem o desempenho satisfatório da prestação dos serviços.
- b) Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que habilite a empresa no ramo do objeto, com validade para o presente exercício, em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 5.194/66 e Resolução CREA n.º 266/79 e pela Lei n.º 12.378/10.
- c) Prova de possuir no seu quadro permanente, ou apresentar termo de compromisso de que possuirá na data da execução do serviço, profissional de nível ou Sanitarista), detentor de Atestados de Responsabilidade Técnica, averbado pelo CREA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação.
 - I. A comprovação que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita: mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho, se empregado, onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente como Termo de Abertura do Livro de Registro de Empregados;
 - II. Contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa e o profissional;
 - III. Sócio: Cópia do Contrato Social devidamente registrado;
 - IV. Diretor, a comprovação se fará através de cópia do contrato social em se tratando de empresa LTDA, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de sociedade anônima.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

- d) Apresentação de Licença de Operação vigente expedida junto ao órgão ambiental competente para o exercício das atividades pertinentes a locação de banheiros químicos.

7.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Não será exigido;

Apresentação de documentos, conforme solicitado posteriormente e previsto por lei.

7.2.1. No caso de Empresa Individual:

a) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.2.2. No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

a) Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

7.2.3. No caso de sociedade civil.

a) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

7.2.4. No caso de empresa estrangeira.



a) Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

7.2.5. No caso de cooperativa:

a) Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;

b) Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

c) Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital;

7.2.6. No caso de microempreendedor individual:

a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

7.2.7. Em todos os casos:

7.3 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

7.3.1 a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

7.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



7.3.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;

7.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

7.3.8. Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

7.3.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.4 Da Habilitação Econômico-Financeira

7.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.4.2. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

7.4.3. No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.



7.4.4. Apresentação dos balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) O atendimento dos índices econômicos previstos na alínea "a" acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.4.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou, por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

7.4.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

7.4.7 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

Garantias:

- Garantias de qualidade dos materiais a serem fornecidos;
- Garantias de cumprimento dos prazos estabelecidos.

7.4.8 Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

7.4.9 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

7.5 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO:



7.5.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.5.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS:

7.6.1 Consórcios:

- a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
- b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Administração por todos os atos praticados pelo consórcio; c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

7.6.2. Cooperativas:

- a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.



8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021);

8.1.O prazo para a execução dos serviços será de até 24 horas, contados a partir do recebimento da notificação de início, a qual indicará o local previamente determinado pela Secretaria responsável. O empenho será emitido à empresa vencedora do processo de seleção, e, em seguida, será encaminhada a ordem de execução dos serviços ou outro documento equivalente para formalizar o início das atividades.

8.2. A prestadora do serviço deverá retirar os equipamentos do local disponibilizado pela administração organizadora do evento no prazo máximo de 24 horas após a conclusão do evento, mantendo o espaço livre e limpo.

8.3. O objeto do contrato será executado conforme a solicitação, com antecedência, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, obedecendo ao calendário de eventos previamente determinado ou a eventos decorrentes de situações de interesse público, conforme entendido pela administração.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

8.4.O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em 24 horas depois da solicitação de disponibilidade no local indicado.

8.5.O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias.

8.6.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de em 05 (cinco) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

8.7.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

9. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)



9.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

9.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

9.3.Garantir que a execução dos serviços solicitados produza os resultados desejados, é essencial considerar um processo abrangente que cubra todo o ciclo de vida da contratação.

Ao seguir esse ciclo de vida completo para a execução dos serviços, a administração pública pode garantir que a contratação atenda efetivamente às necessidades da Secretaria e cumpra os planos de eventos traçados, garantindo transparência, eficiência e qualidade em todo o processo.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os servidores que, na ocasião da assinatura do contrato, serão nomeados por meio de portaria.

Fiscal do futuro contrato: Tatiana Regina de Souza /Matrícula: 4431.

Gestor do futuro contrato: Tatiana Regina de Souza / Matrícula: 4431.

11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

11.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.



11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

12.2 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do **Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, garantindo assim a obtenção de propostas mais vantajosas economicamente. Este critério de julgamento assegura que a contratação será realizada



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

com a proposta de menor valor por unidade, proporcionando uma gestão eficiente dos recursos públicos. Ademais, a metodologia de menor preço unitário fomenta a competitividade entre os licitantes e a transparência no processo de seleção. A escolha desse critério está em conformidade com a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência.

12.3 ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO:

12.3.1 A prestação dos serviços ocorrerá mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

12.3.2 A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo durante a vigência da ata de registro de preços poderá **conceder adesão a ata de registro de preços**, a órgãos não participantes da Ata, observando o limite do § 5º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.



12.3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços conforme definido no § 4º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.3.4 Justifica-se a permissão para adesão a Ata originária do Sistema de Registro de Preços por estar demonstrado que possui inúmeras vantagens em comparação a licitações que não adotam esse procedimento. A presente aquisição visa atender às necessidades por estimativa, conforme a demanda dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. A opção por prestação de serviços fracionados justifica-se pela necessidade de adequar o objetivo real a demanda dos serviços, evitando assim desperdícios e garantindo uma gestão orçamentária mais precisa e eficiente.

a. Economicidade e Eficiência: A realização fracionada dos serviços permite um controle mais rigoroso dos gastos públicos, uma vez que os pagamentos serão realizados conforme o consumo real. Essa prática está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, fundamentais na administração pública, uma vez que se evita a imobilização de recursos financeiros em situações desnecessárias.

b. Ajuste à Demanda Variável: A demanda dos eventos podem variar ao longo do período do calendário, seja em função de variações no número de eventos, seja por mudanças nas necessidades de datas ou por força maior. A possibilidade de ajuste na prestação de acordo com a demanda permite maior flexibilidade e adequação às necessidades reais, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: <hr/> FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

c. Melhoria na Gestão de Recursos: A fragmentação dos serviços contribui para uma melhor gestão dos recursos, tanto humanos quanto materiais, uma vez que possibilita um planejamento mais detalhado e o acompanhamento constante das necessidades.

d. Conformidade Legal e Transparência: A adoção de práticas que promovam a eficiência, a economicidade e a transparência na administração pública está em conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela legislação vigente. A fragmentação dos serviços, além de proporcionar uma melhor adequação às necessidades do serviço público, reforça o compromisso com a boa gestão dos recursos públicos e a transparência das ações administrativas.

Assim, a presente solicitação de aluguel, com realização fracionada, é uma medida estratégica e necessária para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, garantindo a prestação de serviços de qualidade, com responsabilidade e dentro dos parâmetros legais.

12.3.5 O procedimento relacionado ao SRP está em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a legalidade e a transparência do processo de compras públicas. A legislação estabelece que a prorrogação da Ata atenda às condições de interesse público e às disposições estabelecidas no instrumento original.

12.4 - Sistema de Registro de Preços (SRP) e a Ata de Registro de Preços: Prazo e Prorrogação conforme a Lei 14.133/2021

Prazo da Ata de Registro de Preços

Conforme o artigo 10 da Lei 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços terá o prazo de validade definido de 12 (doze) meses contados a partir da sua formalização. Este período deve ser especificado no edital de licitação e no contrato celebrado com o fornecedor.



Prorrogação da Ata de Registro de Preços

A prorrogação da Ata de Registro de Preços é permitida e segue as normas estabelecidas pela Lei 14.133/2021. O artigo 108 da Lei prevê que a prorrogação pode ocorrer por mais 12 meses, totalizando até 24 meses de validade. A prorrogação, caso seja de interesse público, será formalizada por meio de um termo aditivo, que deve ser publicado de acordo com as normas de transparência e publicidade.

Legalidade e Conformidade com a Lei 14.133/2021

O procedimento relacionado ao SRP está em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a legalidade e a transparência do processo de compras públicas. A legislação estabelece que a prorrogação da Ata atenda às condições de interesse público e às disposições estabelecidas no instrumento original.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: <hr/>
			FOLHA: <hr/>
	TERMO DE REFERÊNCIA (X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO		RÚBRICA: <hr/>

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

13.1. O custo da estimativa da contratação é de **R\$ 411.000,00**(quatrocentos e onze mil reais).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

14.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	13002369500322.065	33903900	17050000	108

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Conforme explanado constata-se que a solução mais adequada ao atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Trajano de Moraes/RJ, é a realização de certame licitatório, visando o atendimento das necessidades da Secretaria e minimizando os efeitos de uma escassez dos serviços a serem prestados.

16. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

16.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:

ANEXO I – Calendário de eventos.

ANEXO II – Rota de atendimento para os eventos

<p>Trajano de Moraes, 12 de março de 2025.</p> <p>Marcelo Dias Pinheiro Mat:4428</p> <p>Renato Martins Bueno Mat: 4412</p>	<p>De acordo com Termo de Referência.</p> <p>Núcleo de</p> <p>Mauro Leoni de Souza Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo</p>
--	---

